

## Biossegurança

# O Protocolo de Cartagena

Marcus Vinícius Segurado Coelho\*

O Protocolo de Cartagena (PC), firmado no âmbito da Convenção de Diversidade Biológica, entrou em vigor no dia 11 de setembro de 2003. Ele conta atualmente com 132 países, sendo a maioria formada por importadores de alimentos. O Brasil ratificou o Protocolo por meio do Decreto Legislativo nº 908 (21/11/2003). O texto do Protocolo foi promulgado pelo Presidente da República por meio do Decreto nº 5705, de 16/02/2006.

O objetivo do protocolo é contribuir para um nível adequado de proteção e segurança na transferência, no manuseio e uso dos Organismos Vivos Modificados (OVM), levando em conta a possibilidade de riscos à diversidade biológica e/ou à saúde humana.

O Protocolo classifica os OVM em três categorias:

- Na introdução intencional no Meio Ambiente (por exemplo, sementes para plantio);
- Na alimentação humana, animal ou no processamento (AHAP) (por exemplo, milho GM para ração);
- No Uso em Contenção (por exemplo, microrganismos para uso em laboratório ou indústria).

O detalhamento dos requisitos de identificação dos OVM foi definido no próprio texto do Protocolo. Para os OVM destinados à alimentação humana, animal ou ao processamento (AHAP), o texto do Protocolo estabeleceu que o detalhamento das informações seria definido posteriormente na Reunião das Partes do Protocolo.

O artigo 18 – 2 (A) estabelece que cada parte adotará medidas para garantir que

a documentação que acompanha os OVM destinados a uso direto como alimento humano ou animal, ou para processamento, identifiquem claramente que “pode conter” OVM e que não se destinam à introdução intencional no ambiente.

*“A Conferência das Partes (...) adotará uma decisão sobre os requisitos pormenorizados para este fim, inclusive a especificação de sua identidade e qualquer identificação exclusiva, no mais tardar, dois anos depois da entrada em vigor do PC, em setembro de 2005.”*

Veja as decisões da 3ª Reunião das Partes do Protocolo em Curitiba sobre identificação de carregamentos contendo OVM destinados à AHAP.

- Nos casos em que a identidade do OVM for conhecida por meios como o de sistemas de preservação de identidade, o exportador informará na documentação o carregamento “CONTÉM OVM”. Nos casos em que a identidade do OVM não for conhecida por meios como o de sistemas de preservação de identidade, o exportador informará na documentação que o carregamento “PODE CONTER UM OU MAIS OVM”.
- Em qualquer situação, será exigido o detalhamento sobre os OVM que estão ou que possam estar presentes no carregamento, bem como um alerta de que o produto não se destina à introdução no meio ambiente.



- A experiência obtida na implementação da regra de identificação de carregamentos (“contém” e “pode conter”) será avaliada na reunião das Partes do Protocolo (2010), com vistas a se considerar na 6ª Reunião das Partes (2012) uma decisão das Partes que garanta que a documentação que acompanha os OVM informe que o carregamento “contém OVM”.

Outros requisitos, premissas e esclarecimentos foram definidos: 1. A documentação deve atender às exigências do país importador; 2. O OVM objeto do movimento trans-fronteiriço deve estar aprovado no país produtor; 3. A exigência de informação da documentação se refere apenas a OVM em produção comercial no país produtor; 4. A expressão “pode conter” não requer a listagem de OVM de espécie diferente daquela que constitui o carregamento (Artigo 6º); 5. Os requisitos de identificação estabelecidos nessa decisão não se aplicam ao movimento trans-fronteiriço entre as partes e não-partes, devendo ser estes, entretanto, con-

## Cronologia das negociações

- 2004** 1ª Reunião das Partes. É adotada decisão de que os carregamentos com OVM destinados à alimentação humana, animal e ao processamento teriam a seguinte informação na documentação: “Pode Conter OVM”. Como cláusula voluntária, as Partes poderiam incluir detalhamento das informações sobre o OVM (nome científico, evento de transformação genética, nome comercial etc.). O Brasil defendeu essa posição, tendo em vista as características e limitações dos sistemas de transporte e comercialização de grãos (grandes volumes transportados a granel sem identificação específica por variedade);
- 2005** Na 2ª Reunião das Partes, o Brasil defendeu novamente a expressão “Pode conter OVM” para identificação de carregamentos de produtos agrícolas destinados à alimentação humana, animal ou ao processamento. Não há consenso sobre o texto final da decisão.
- 2006** Na 3ª Reunião das Partes, em Curitiba, o Brasil apresentou a seguinte proposta: a partir de 2010, todos os carregamentos seriam identificados claramente quanto à presença de um ou mais OVMs em sua constituição (Este carregamento **CONTÉM** OVM). Até 2010, seria adotada uma regra transitória.

sistentes com o objetivo do Protocolo (Artigo 4º).

### Desafios

Os desafios pela frente consistem em:

- Implementar o sistema de identificação de carregamentos estabelecido na decisão para a exportação de soja (“pode conter”).
- Avaliar a capacidade de implementação de sistema que garanta a identificação de OVM nos produtos agrícolas ao longo da cadeia de produção ou diretamente nos carregamentos, considerando a possibilidade de essa medida ser obrigatória a partir de 2012.
- O impacto das exigências de documentação sobre as exportações de produtos agrícolas brasileiros, considerando a posição dos países concorrentes que não são partes do Protocolo.

Numa avaliação preliminar, as possíveis implicações da decisão passam:

- Pela necessidade de segregação das variedades geneticamente modificadas ou teste das variedades geneticamente modificadas ou teste dos carregamentos a granel, para verificar a presença de OVM, a partir de 2012;
- Por possível elevação dos custos de produção desse tipo de produto, especialmente quando mais de um

OVM daquela espécie estiver em produção comercial no País. ■

## Biossegurança Longe do consenso

OS setores envolvidos nas discussões sobre a identificação de Organismos Vivos Modificados (OVMs) em cargas trans-fronteiriças cobram a posição do Brasil para o Protocolo de Cartagena, definida no dia 13 de março último.

Se os custos forem pressionados para a realização de testes e a colocação de informações detalhadas nos produtos, com a expressão “contém” transgênicos, o prazo de quatro anos para o período de transição, quando será permitido o termo “pode conter”, é considerado longo demais.

Durante uma fase de transição de quatro anos, será utilizada a expressão ‘pode conter’ seguida de todos os eventos de transformação genética aprova-

dos no país exportador. Depois, deverá ser adotada a expressão contém com a especificação dos eventos contidos no produto exportado.

As discussões da 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP 3) mostram uma lenta evolução. Na reunião anterior, realizada em 2005, no Canadá, não houve consenso sobre a identificação de OVMs porque Brasil e Nova Zelândia tinham posições distintas dos outros países, por defenderem a expressão “pode conter”. Delegados do México, por exemplo, também defendem o termo “pode conter”.

Mesmo que os 132 países signatários do protocolo tivessem chegado a um acordo, do meio do caminho até a implementação do “contém”, no Brasil, pode haver uma revisão do protocolo. Qualquer país, mesmo depois de comunicar sua posição oficial, poderá alterá-la.

A decisão brasileira favorece os concorrentes estrangeiros – americanos, canadenses, argentinos e australianos plantadores de soja, milho e outros produtos transgênicos. O Brasil é o único grande exportador agrícola vinculado ao Protocolo de Cartagena sobre Diversidade Biológica. Não é de seu interesse, portanto, assumir compromissos internacionais que encareçam e restrinjam sua capacidade exportadora, enquanto outros grandes produtores ficam livres para atuar nos mercados segundo suas conveniências. O Brasil não ficará em desvantagem, se os demais exportadores, mesmo sem participar do acordo, forem forçados, pela pressão dos importadores, a operar no mesmo sistema.

A adesão de Estados Unidos, Argentina, Canadá e Austrália às normas de rotulagem dependem da decisão e da vigilância dos países compradores. Se o Brasil, como exportador, deixar de cumprir um compromisso, os importadores poderão retaliar com a suspensão de compras. Se, no entanto, os compradores deixarem de fazer sua parte, os produtores nacionais abrirão espaço aos concorrentes. ■

\* Coordenador de Biossegurança/SDA/MAPA